

DIFUSÃO EDUCATIVA EM ARQUIVOS

Luiz Gustavo Lima Freire¹

Resumo: Neste artigo, pretendemos demonstrar a importância da utilização de ações educativas nos arquivos permanentes, e do uso dos documentos manuscritos por parte dos alunos do ensino fundamental, médio e universitário, seja nos próprios arquivos, seja em outras instituições de ensino. Além disso, oferecemos indicações de como fazê-lo.

Palavras-chave: Arquivo – Educação – Escola.

Em muitos arquivos permanentes existe um número incalculável de documentos de todos os tipos e de todas as épocas, que se constituem em riquíssimas fontes para a pesquisa e para os estudos educativos e histórico-educativos. Apesar disso, pode-se dizer que a utilização dos patrimônios documentais dos arquivos pode e deve ser mais explorada no ambiente escolar, da mesma forma que podem ser desenvolvidas atividades educativas utilizando os seus acervos de forma lúdica. As ações educativas (exposições, espetáculos teatrais, concurso de produção bibliográfica etc.) desenvolvidas nos arquivos podem ser utilizadas para promover o acesso aos seus patrimônios documentais (conhecimentos), o que, sem dúvida, favorecerá um crescimento acadêmico, social e pessoal por parte dos alunos, sejam do nível fundamental, médio ou universitário.

Utilizando muitos dos conceitos propostos pelo Ministério da Educação através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ainda que esse não contemple especificamente os arquivos, definimos as ações educativas que podem ser realizadas nessas instituições, como atividades extracurriculares que contribuem para o trabalho escolar e que são realizadas de acordo com o projeto político-pedagógico da escola e dos próprios arquivos. Elas deverão estar voltadas para o desenvolvimento das potencialidades do aluno e contribuir com os processos de desenvolvimento pessoal e à promoção social. A implementação dessas ações deverá ter como objetivo garantir o sucesso educacional, ou seja, melhorar a qualidade da educação por meio da transformação do arquivo em um espaço atraente. As atividades (visitação aos arquivos) poderão ocorrer em horários diferenciados das aulas regulares, pelo menos duas vezes por ano. Ao escolher as ações a serem implementadas, deve-se considerar as especificidades locais e a capacidade técnica

¹ Psicólogo e professor, especialista em Psicologia das Organizações e do Trabalho (UNICAP), mestre em Ciências da Educação e doutorando em Psicologia da Educação (Universidade de Lisboa, FPCE). É investigador do Projeto de Documentação Histórica “Resgate: Barão do Rio Branco” no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

dos profissionais disponíveis para a execução das atividades, assim como a importância de uma articulação da escola e do arquivo com outras instituições da sociedade.

As atividades culturais e educativas desenvolvidas nos arquivos são as que melhor cumprem a função de transformá-lo num bem social, popular e da comunidade. Seus acervos guardam a história das localidades onde estão inseridos, por isso podem ser utilizados efetivamente como fontes de conhecimento, não apenas para os pesquisadores e historiadores, mas de forma mais democrática – para os cidadãos comuns, e em especial para os alunos. Em última instância, todo arquivo é uma fonte educativa, mas para que esta mesma fonte seja aproveitada pelos alunos dos vários níveis de ensino é preciso que estas casas possuam programas específicos para atender a um público – também específico – com necessidades diferentes daquelas inerentes aos pesquisadores e historiadores (BELLOTTO, 2005).

A utilização dos patrimônios documentais, seja na escola, seja nos arquivos permanentes, pode e deve promover um processo ativo de construção do conhecimento. Admitindo que os seus acervos (patrimônios) são fontes primárias de conhecimento, a sua apropriação se revela como uma ferramenta identitária e modificadora da realidade.

Como diz Mogarro (2006), a afirmação da história reclama um pensamento cultural crítico, implicando o estabelecimento de uma agenda de diálogo entre as preocupações do presente e as realidades do passado, num esforço de compreensão em que se interrogam essas últimas para alcançar a inteligibilidade dos tempos presentes.

A ideia de transformar os arquivos em espaços educativos não é nova, pois desde a década de 80 do século XX, quando ocorreram importantes transformações nas práticas e nos instrumentos didáticos-pedagógicos, o uso de fontes diferenciadas, entre elas o documento manuscrito, tem se tornado uma possibilidade na abordagem de assuntos ligados à Educação e à História da Educação. Por sua vez, os arquivos começaram a ser transformados em espaços de educação depois que os museus e bibliotecas já desenvolviam atividades educativas, ou seja, pode-se dizer que herdaram uma cultura que já era relativamente bem desenvolvida nessas outras instituições.

Muitos dos arquivos no Brasil já procuraram desenvolver ações educativas, mas o que os impede de fazê-lo de forma produtiva é o modo circunstancial como as atividades são realizadas. Por isso é necessária uma política voltada para a institucionalização da sua função educativa. De forma efetiva, a França realiza atividades educacionais nos arquivos públicos permanentemente. Nos arquivos franceses, um professor de história do ensino oficial, em colaboração com os arquivistas, desenvolve, de forma planejada, visitas (mostra-se o circuito do documento, seu processamento técnico), aulas no arquivo (escolhe-se um tema, seleciona-se os documentos), atendimento aos alunos individualmente ou em grupo (faz-se trabalhos práticos de pesquisa), concurso “Jovem Historiador” (trabalha-se um tema

usando os documentos do arquivo), divulgação de reprodução de documentos e publicações (apresenta-se nas escolas as *valises pédagogiques* – material didático organizado no arquivo –, monta-se painéis móveis, exposições temáticas itinerantes e publica-se documentos), exposições de originais no recinto do arquivo (comunica-se previamente aos alunos um tema e posteriormente expõe-se documentos relativos a ele) e atividades diversas (tais como, campanha para coleta de documentos e de lembranças orais ou escritas dos familiares e das instituições ligadas às famílias) (BELLOTTO, 2005).

Na verdade, os arquivos estariam mais preparados para receber os alunos se já pudessem contar com catálogos específicos para esse público, ou seja, o professor e o arquivista poderiam preparar um guia pedagógico para o ensino dos temas que seriam levantados nas atividades educativas. O que não quereria dizer que novos elementos (documentos) não pudessem ser integrados, dadas as necessidades inesperadas. Os alunos que no primeiro momento puderem contar com uma política de assistência educativa, poderão tomar gosto pelas pesquisas nos arquivos e, no futuro, tornarem-se cidadãos participantes e empenhados na recolha, criação e manutenção de informações (documentos) que poderão ser utilizadas para uma contagem sucessiva e melhorada da história da civilização (idem).

Mas quais são as potencialidades da utilização do patrimônio documental dos arquivos no ensino-aprendizagem da História da Educação? Mais do que ensinar, os documentos manuscritos podem prender a atenção dos alunos, favorecer a capacidade reflexiva e a capacidade de transferir os conhecimentos. No entanto, usá-los na sala de aula, ou nos arquivos, tem lá suas dificuldades. Lidar com documentos manuscritos antigos não é o mesmo que lidar com documentos recentes; é preciso estimular a construção de sentidos. As práticas podem esbarrar nos limites ligados à natureza dos próprios documentos, tendo em conta que a sua grafia e linguagem, no geral, revestem-se de difícil compreensão (são de difícil leitura) – pelo que poderá ser necessário transcrevê-los antes das sessões, para que sejam utilizados pelos alunos. Mas que esses limites não sejam utilizados como desculpas para não utilizá-los. Com efeito, o aluno que exercitar a capacidade de ler um documento antigo e relacionar o seu conteúdo com outros textos, contextualizando-o historicamente, estará, sem dúvida, ampliando (cognitivamente) a capacidade de pensar e construir saberes.

Deve-se presidir o contato do aluno com o documento por meio de um método pedagógico. Primeiramente, pode-se realizar a escolha dos conjuntos documentais de forma indutiva, apresentá-los e comentá-los para, posteriormente, de forma dedutiva, estabelecer-se coincidências, ou não, com os relatos encontrados nos livros didáticos. Bellotto (2005) refere que, no geral, deve-se alternar a apresentação de documentos-chave – que facilitam a compreensão de uma grande noção histórica – e documentos-testemunho – que registram

um acontecimento ou expressão particular com documentos humanos e revelam a natureza e a vida cotidiana do homem.

Pode-se, por outro lado, ensinar os conteúdos e, posteriormente, apresentar os documentos para que os alunos compreendam como aquilo que aprenderam se manifesta no documento manuscrito, ou seja, depois de ensinar um tema, o professor pode apresentar um ou mais documentos relacionados a ele e pedir aos alunos para estabelecerem articulações. A aula com a utilização de documentos manuscritos antigos é, ao mesmo tempo, prazerosa e explicativa. Nela, o ensino de um tema histórico se mistura com a apresentação pautada por um viés lúdico. A condução das atividades deverá ser feita com a utilização de documentos relacionados aos temas históricos e/ou atuais para que, por meio deles e das explicações sobre os seus significados históricos, os alunos possam compreender a maneira como esses documentos relatam os conflitos (especificidades) da sociedade em que foram produzidos e as diversas interpretações que os acontecimentos receberam ao longo do tempo.

É claro que a leitura do documento original deve ser privilegiada, mas em caso de grande dificuldade (dada a especificidade do documento) pode-se recorrer à sua transcrição, que pode ser realizada por um arquivista. Aos estudantes deve ser propiciada a manipulação do documento para que possam fazer alguma leitura e, posteriormente, deve-se solicitar uma espécie de relatório que poderá ser entregue na escola. As visitas aos arquivos devem ser organizadas pelos professores e arquivistas de forma colaborativa. Aliás, é importante que estes organizem um plano de ação educativa antecipadamente, de forma a garantir o sucesso do empreendimento. Enquanto os primeiros estão mais capacitados do ponto de vista pedagógico, e por isso podem promover a articulação da matéria exposta com o que foi visto no arquivo, os segundos são as pessoas que mais conhecem os recursos destas instituições. Apenas o professor, ou principalmente ele, pode ajudar o aluno a ter condições de elaborar e compreender a informação, transformando-a em conhecimento esclarecedor e libertador, em benefício próprio e da sociedade em que vive.

[...] O arquivista tem condições de manipular a disponibilidade e o acesso à informação. Contudo, não pode determinar o seu uso e, principalmente, a assimilação que produz o conhecimento. No mundo da produção e distribuição da informação, a oferta pode criar demanda, mas não pode transformar esta demanda em ação dinâmica e diferenciadora, que através da assimilação gera conhecimento e promove o desenvolvimento, destino final da informação como fenômeno cognoscível. (BARRETO, 2002)

A utilização do documento será tão mais valiosa quanto mais se estabelecer o seu pano de fundo cronológico, geográfico, social, político e econômico. Depois de lerem os documentos, os alunos podem fazer um resumo, sendo que poderá ser necessária a modernização da linguagem, já que não se trata de estudantes especializados. Como os documentos fornecem informações em estado bruto, a cada trecho lido, o professor poderá e deverá incitar as interpretações que foram dadas pela literatura ao que estiver sendo referido (no documento) naquele momento, o que pode implicar que os alunos tenham estudado a bibliografia sobre o tema em questão anteriormente (BELLOTTO, 2005).

As ações educativas podem ser desenvolvidas com a ajuda dos alunos, que, com a orientação do professor, também poderão fazer a pesquisa sobre o tema em questão antes, durante e/ou depois da seleção dos documentos manuscritos. Em outras palavras, o professor pode estimular os alunos a escolherem um tema a ser trabalhado e um ou mais documentos que se relacionem àquele tema. Ao elaborarem um projeto e apresentarem o resultado final à comunidade, os alunos terão se tornado “professores” e investigadores ao mesmo tempo, porque terão sido capazes de realizar uma “verdadeira” investigação científica.

Uma experiência prática de como utilizar esse instrumento didático

O trabalho parte da escolha de um tema histórico com base em sua relevância social. Neste caso, escolhemos um trecho de um alvará do rei D. Pedro II, posterior a 1688, que, entre outras coisas, ordena sobre a aprendizagem da língua portuguesa:

(...) Ordeno que os missionarios, ou pessoas a que estiver encarregado o cuidado dos indios tenham escola em que se ensine a todos a lingua Portugueza abolindosse o pernicioso abuzo de applicarem estes só ao conhecimento da lingua geral do Brazil e de os afastarem do que devem ter da lingua propria da nascão dominante e do seu principe e senhor natural: E as mesmas pessoas encarrego o cuidado de inclinarem os mesmos indios à lavoura, e as artes para que tiverem mais inclinação e prestimo (...).
(Maranhão, caixa 7, doc. 795)

O objetivo é analisar a trajetória da língua portuguesa no Brasil ao longo dos tempos. Por que utilizar esse documento? Qual é a relevância do tema? Sendo a língua o elemento mais intenso da integração de um povo, um instrumento identitário, de comunicação e de educação, formador das relações sociais e consolidador de todos os conhecimentos culturais, cabe à educação compreender o processo histórico de sua formação, de modo a assegurar a sobrevivência das gerações futuras.

Todo projeto de pesquisa exige delimitação de um tema com a definição de um problema histórico. Nesse caso, o problema é: na segunda metade do século XVII, o rei D. Pedro II ordena sobre a aprendizagem da língua portuguesa, abolindo as línguas gerais do Brasil. Quais foram as consequências da instituição da língua portuguesa no Brasil? Por que era importante alfabetizar os Índios? como isso foi feito? quem alfabetizava? Qual a conjuntura política da época? Quantas línguas indígenas existiam quando os portugueses chegaram ao Brasil? quantas existem atualmente? Existe alguma relação entre a alfabetização dos índios e a educação e cultura brasileiras na contemporaneidade? Como se caracterizava a população indígena brasileira quando os portugueses chegaram, e como se caracteriza hoje? Quais eram as características dos portugueses que chegaram ao Brasil? Qual é a relação da institucionalização da língua portuguesa e a “Escola”? Qual é a relação da institucionalização da língua portuguesa e a “Igreja”?

O recorte cronológico foi definido pelo período histórico (data) do documento. A utilização do documento manuscrito tem sempre um produto final estabelecido, que deverá levar os alunos a compreenderem o tema. O professor deve pensar sempre no nível de ensino para o qual a ação educativa se dirige. O nível escolar (acadêmico) do aluno faz com que o conteúdo e a abordagem sejam estrategicamente planejados para se adequar às suas condições de assimilação. Quando a aula é dirigida a alunos do ensino médio, o aspecto lúdico e o tom informativo, muito mais do que o explicativo, podem ganhar relevo; já para o público com formação superior, os processos podem ter um aspecto fundamentalmente explicativo.

É necessário pesquisar os documentos e elaborar um roteiro. Na verdade, a delimitação do tema, a construção do problema e a definição do marco temporal já podem exigir estudo e contato com as fontes manuscritas. Nesse caso, é importante (a) pesquisar e ler sobre a língua portuguesa, utilizando revistas, jornais, livros etc, antigos e contemporâneos; (b) identificar e ler os documentos relativos a esse tema; (c) delimitar o problema; (d) voltar às fontes para estabelecer comparações e inferências; (e) passar a elaboração dos textos que poderão ser apresentados posteriormente (como conferências, pôster, teatro etc).

Os textos produzidos devem explicar os sentidos (mapeamentos) sociais da época da criação (produção) de cada documento e as suas apropriações em períodos posteriores. O que significava ensinar a língua portuguesa nos domínios portugueses, em especial no Brasil? Como se caracterizavam os sistemas de ensino? Como esses conhecimentos podem contribuir para a construção/reconstrução da história da língua e até da educação brasileira?

Se se pretende abrir os arquivos e/ou democratizar os seus acervos, dando vida aos seus *corpus* documentais – que comumente são vistos como matéria morta –, e iniciar os

alunos numa cultura de investigação científica, que de geração em geração alimentaria cada vez mais o desejo de estudar os documentos, deve-se realizar ações educativas que os tomem (os documentos) como um importante e forte instrumento pedagógico.

Não há dúvida de que o documento manuscrito pode e deve ser transformado num recurso educativo não só para a aprendizagem da História da Educação, mas também para os procedimentos de pesquisa histórica nas mais diversas áreas, uma vez que os arquivos históricos podem oferecer recursos documentais de base ao ensino de diversas áreas científicas, demonstrando suas atividades e concepções nos tempos passados. É indiscutível também que podem ser utilizados como espaços educativos, porém a educação não pode, como tem feito, abrir mão das possibilidades educativas dos arquivos.

A difusão educativa nos arquivos permanentes compreende-se pelo reconhecimento da importância que os seus acervos têm, pelo poder da visibilidade que eles conferem aos acontecimentos do passado e aos fenômenos sociais. Com eles, o cidadão comum e as populações em geral evocam as recordações da sua infância e juventude, as histórias da sua vida, as recordações, o seu passado que é trazido até ao presente (MOGARRO, 2006). Como diz Bertolletti (2008), podemos encontrar nos arquivos a

(...) vivência do homem em sociedade, as suas lutas pela liberdade, os seus sonhos de paz (...) o testemunho de sua existência (...) os referenciais das vivências que nos ajudarão a melhor viver o presente, a participar com maior intensidade para a compreensão entre os homens (...) a resposta a todas as nossas inquietações, respostas às nossas dúvidas, pistas para novos caminhos.

Relativamente aos arquivos históricos, tal autora ressalta a sua importância afirmando que estes possuem

(...) nas caixas, nos maços, nos códices um pouco de tudo: modos de governar, de educar, de viver, enfim... aqui e alhures... informações que ultrapassam e muito o interesse do historiador, que são de interesse do político, do cidadão em sua essência.

Bellotto (2005) sugere seis princípios para a concretização de uma política que incentive a utilização dos arquivos como espaços educativos: que parta dos arquivistas uma aproximação com as escolas, e em especial os dos arquivos municipais; que se estabeleça um cronograma de trabalho e planejamento de atividades, pois é preciso considerar os conteúdos programáticos e escolher os documentos mais apropriados a ele; que os grupos de alunos girem em torno dos 20, entre 13 e 19 anos, e que sejam anteriormente

esclarecidos sobre o porquê dos documentos do arquivo; que exista um amplo entrosamento entre o professor e o arquivista; que o professor exija sempre um relatório dos alunos para medir o aproveitamento das atividades e que principalmente se tomem os exemplos feitos em outros países, o da França em especial.

Não nos esqueçamos que uma sociedade que confere um papel de depósito de coisas velhas aos arquivos é uma sociedade que não sabe ler e preservar sua memória, ou seja, conserva-se na ignorância, ou podíamos dizer de outra forma: um arquivo que não sabe alimentar nos mais pequenos o gosto pela memória, não estará cumprindo uma das suas funções, nesse caso especial, aquela que salva-guardaria o seu próprio futuro.

Utilizar o documento histórico como instrumento didático é recriar a experiência ligada à narrativa escrita, é uma contextualização dos documentos por meio de informações históricas sobre a sua produção. As diferentes assimilações (usos) dos documentos, auxiliam a compreensão dos sentidos do passado recriados no presente. Enquanto a aula explica, o documento revitaliza a explicação por intermédio do encanto que promove. Constrói-se, desse modo, uma relação com o passado para além daquela que o condena a algo imutável e distante.

Fontes Consultadas

FREIRE, L. G. L. A utilização de documentos manuscritos como instrumentos educativos. *Jornal a Página da Educação*. Porto, junho 2008, ano 17, nº 179, p. 44.

FNDE – Fundo nacional de desenvolvimento da educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=projetos_educacionais.html>. Acesso em: 06 nov. 2008.

Referências bibliográficas

BARRETO, A. A. *A questão da informação*. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~aldoibct/quest/quest.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BERTOLETTI, E. C. *Arquivo – escaninho das memórias*. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11716> Acesso em: 12 nov. 2008.

MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Sísifo*, Lisboa, n. 1, set/dez 2006.

